



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

CONTRATAÇÃO DIRETA FÍSICA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

(Id. CidadES nº 2026.057E0500002.09.0007 FMAS)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº008/ 2026 - FMS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº000010/2026 - FMS.

Torna-se público que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO**, por meio do seu Agente de Contratação, realizará Dispensa de Licitação, do tipo “*menor preço*”, em conformidade com o **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e Lei Complementar nº 123/06, e exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as condições do quadro de detalhamento a seguir:

LOCAL:	PREFEITURA MUNIICPAL DE PONTO BELO/ES
E-MAIL	dispensa.pmpb1@gmail.com
EXCLUSIVO ME/EPP:	() SIM (x) NÃO
PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL:	() SIM (x) NÃO
HORÁRIO:	

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para fornecimento, de forma parcelada e mediante recarga, de gás de cozinha (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, incluindo unidades vinculadas como CRAS, CREAS, SCFV, Conselho Tutelar e demais programas sociais, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, visando garantir a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços socioassistenciais, conforme condições, quantidades e exigências ~~estabelecidas~~ neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela abaixo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

O critério de julgamento adotado será o *menor preço Global*.

Item	unidade	Especificação	QUANT	Valor Unit.	Valor total
01	Unid.	GÁS DE COZINHA – ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPIA, BOTIJA DE 13KG	200	R\$: 127,67	R\$: 25.534,00
				VALOR TOTAL:	R\$: 25.534,00

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Poderão participar da presente dispensa os fornecedores interessados, atuantes no ramo pertinente ao objeto, que atendam às exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta deverá entregar sua proposta comercial no protocolo geral desta Prefeitura Municipal De Ponto Belo/Es até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão

2.3. Não poderão participar desta dispensa os interessados:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

a.1) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cincopor cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens aela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) impedidos de contratar no âmbito da Municipalidade, nos termos do art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

h) suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Câmara ou o Município, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- i) impedidos de licitar e contratar com esta Câmara Municipal e/ou o Município, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- j) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993;
- k) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3.1. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.3.4. Por se tratar de processo de dispensa de licitação, onde se prima pela celeridade processual, não poderão participar empresas que estejam constituídas em sociedades cooperativas.

2.3.5. Caberá aos interessados acompanhar o procedimento da presente dispensa, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância ou desatendimento de qualquer mensagem encaminhada nos e-mails emitidos pela Administração, ainda que tenha sido direcionada automaticamente para a sua caixa de spam.

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. As propostas serão protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal De Ponto Belo/Es ou pelo e-mail da dispensa dispensa.pmpb1@gmail.com, na forma do modelo constante do Anexo II, contendo a descrição do objeto ofertado, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos, sob pena de desclassificação:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- a) ser elaborada em papel timbrado da empresa, preenchida e redigida em língua portuguesa, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais pelo representante legal do interessado ou procurador legítimo e legalmente constituído e comprovado por procuração vigente encaminhada juntamente com a proposta;
- b) deverá conter a razão social, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, e-mail;
- c) descrição completa e detalhada do objeto, **sendo obrigatório especificar a sua marca, quando necessário**, não sendo admitido duas ou mais marcas para o mesmo item;
- d) preço unitário e total dos itens, expressos em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;
- e) constar o número da conta corrente, o nome da instituição financeira e a respectiva agência onde deseja receber seu pagamento;
- f) prazo de validade da proposta: no mínimo de 30 (trinta) dias corridos;
- g) prazo de entrega/execução: até 15 (quinze) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços;

3.2. O proponente deverá protocolizar sua proposta no Protocolo Geral desta Prefeitura Municipal De Ponto Belo/Es ou pelo e-mail da dispensa dispensa.pmpb1@gmail.com, sendo desconsideradas propostas posteriores eventualmente encaminhadas por ele, devendo tal documento ser entregue envelopado e lacrado, com a correspondente identificação;

3.3. Conforme o modelo da proposta – ANEXO II, o proponente declara que o preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.

3.5. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO

4.1. Na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Aviso, será realizada sessão pública para classificação e julgamento das propostas e análise dos documentos de habilitação enviados pelos interessados em participar da dispensa.

4.2. A sessão será processada com ou sem a presença dos interessados, sendo os prazos conferidos pelo condutor da dispensa registrados em ata e havendo necessidade de suspensão ou encerramento da sessão, esta será automaticamente reaberta no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário inicialmente estabelecido, sendo os participantes informados por e-mail, e ficando sob a sua responsabilidade o acompanhamento dos atos.

4.3. Os interessados que não participarem presencialmente da sessão, deverão manter-se atentos a caixa de e-mails do endereço informado na proposta, inclusive verificando a caixa de *spam*, sendo desclassificados se não atenderem os prazos conferidos pelo Agente Condutor nas mensagens enviadas.

4.4. O Agente Condutor verificará a conformidade das propostas quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estipulado



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

para a contratação, e classificará o primeiro melhor preço.

4.5. Definido o resultado do julgamento o Agente Conductor negociará condições mais vantajosas com o primeiro colocado, através de e-mail.

4.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação e readequado o valor da proposta, será enviada proposta ajustada, e se necessário documentos complementares, em até 2 (duas) horas após notificação por e-mail.

4.6. O procedimento de classificação das propostas e de negociação será registrado em ata.

4.7. Se as propostas forem desclassificadas ou todos os fornecedores inabilitados (procedimento fracassado) ou não houverem interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:

4.7.1. valer-se para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, na ordem de classificação do menor preço, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, após notificação por e-mail no prazo de até 02 (duas) horas.

4.7.1.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor, e atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor.

4.7.2. republicar o presente Aviso com uma nova data, respeitados os prazos mínimos e pelas mesmas vias da publicação anterior.

4.8. Será desclassificada a proposta que:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- 4.8.1.** contiver vícios insanáveis;
- 4.8.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 4.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preçomáximo definido para a contratação;
- 4.8.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.8.6.** apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valorzero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado.
- 4.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.11.** Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.
- 4.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
- 4.13.** Todos os documentos de habilitação encaminhados pelos proponentes



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

serão impressos e arquivados no processo físico, e lançados em ata.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Após o julgamento das propostas, a(s) empresa(s) provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão enviaros documentos de habilitação no prazo de até 02 (duas) horas, contadas da solicitação do Agente Conductor, através do e-mail especificado no preâmbulo deste Aviso ou de protocolo deste Município.

5.2. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar, o Agente Conductor verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

- a) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, através do endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, através do endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNJ através do endereço http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- d) consulta do banco de dados de penalidades desta Municipalidade.

5.2.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o Agente Conductor julgará inabilitada a licitante.

5.3. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação e inexistência de sanções, a habilitação da licitante será



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou
- II- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- III- Comprovação de que se trata de ME, EPP ou assemelhado.

5.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

- I - A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
f
- III - A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

VI - Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Termo de Referência, por intermédio de atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público, que comprovem:

- Que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação.
- Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

5.3.3. Demais comprovações obrigatórias:

5.3.3.1. Declaração para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar 123/06, a qual deverá estar acompanhada da certidão da junta comercial atestando a condição, conforme modelo do Anexo IV.

5.3.3.2. Declaração unificada do fornecedor, atendendo ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo V.

5.3.3.3. Certidão de Falência e Concordada expedida pelo distribuidor, com data inferior a 60 (sessenta) dias de expedição.

5.4. Havendo necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, a pedido do Agente Conductor, o fornecedor fará a remessa em formato digital no e-mail que receber a solicitação, no prazo de até 02 horas, sob pena de inabilitação.

5.5. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o Agente Conductor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

5.6. Na hipótese do proponente melhor colocado não atender às exigências para a habilitação, o Agente examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.8.1. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado e o Agente Condutor declarará em ata o proponente vencedor e encaminhará o procedimento de dispensa à autoridade competente para a adjudicação e a homologação do objeto da contratação e suas respectivas publicações.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de que a empresa possui capacidade para executar o objeto:

- Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de GLP;
- Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), quando aplicável;
- Licença ou Alvará de funcionamento emitido pelo município sede da empresa;
- Comprovação de que atende às normas de segurança para armazenamento e transporte de GLP.

- DOCUMENTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

A empresa deverá apresentar:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** ou documento equivalente vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado competente, comprovando que o estabelecimento está em conformidade com as normas de segurança contra incêndio e pânico;

OU, quando aplicável:

- **Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB)**, para atividades de menor risco, conforme enquadramento da legislação estadual.

EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

Além do documento principal, é recomendável exigir que:

- O AVCB/CLCB esteja **dentro do prazo de validade**;
- O documento seja compatível com a atividade de **comércio e/ou distribuição de GLP**;
- A empresa comprove que possui **estrutura adequada de armazenamento**, conforme normas técnicas (ex: afastamento, ventilação, sinalização, extintores, etc.);
- Quando houver depósito, que este esteja **regularizado junto ao Corpo de Bombeiros**.

JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA

A exigência do AVCB ou CLCB se justifica pelo fato de o GLP ser um produto altamente inflamável, cujo armazenamento e transporte inadequados podem causar riscos graves, como incêndios e explosões.

Dessa forma, a comprovação de regularidade junto ao Corpo de Bombeiros garante que a empresa adota todas as medidas de segurança exigidas pela legislação, protegendo:

- Os servidores públicos;
- Os usuários dos serviços socioassistenciais;
- O patrimônio público;
- A coletividade em geral.

Além disso, a exigência está alinhada aos princípios da **segurança, prevenção de riscos e interesse público**, sendo prática comum e recomendada em contratações desse tipo.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.9. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente,



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

conforme Anexo III.

6.10. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.11. Alternativamente, a Administração enviará o Termo de Contrato ou instrumento equivalente para a assinatura digital, e a devolução pelo contato@cmpontobelo.es.gov.br.

6.12. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

6.12.1. A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.13. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável conforme previsão contida na minuta de contrato anexo a este Aviso de Contratação Direta.

7. DAS SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- 7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;
- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**
- a)** Advertência pela falta do subitem 7.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- b)** Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

demais sanções.

7.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A homologação do resultado desta contratação direta será divulgada na imprensa oficial (Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES).

8.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente Condutor na respectiva notificação.

8.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente Condutor poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.5. Os casos omissos serão subsidiados em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021.

8.6. Os interessados poderão obter este Aviso completo através do e-mail dispensa.pmpb1@gmail.com ou através do site oficial deste Município.

8.7. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.

Ponto Belo/ES, 16 de abril de 2026.

AIKO RICHELLYSON MORAIS FERREIRA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Dispensa de Licitação Nº 008/2026
Processo Administrativo Nº 000010/2026
(Id. CidadES nº 2026.057E0500002.09.0007 FMAS)

1. DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa para fornecimento, de forma parcelada e mediante recarga, de gás de cozinha (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, incluindo unidades vinculadas como CRAS, CREAS, SCFV, Conselho Tutelar e demais programas sociais, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, visando garantir a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços socioassistenciais**, conforme detalhamento no item 6 deste Termo de Referência.

1.2. A dispensa de licitação para recarga, de gás de cozinha (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, está amparada no inciso II, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 Serviços.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto o fornecimento, de forma parcelada e mediante recarga, de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinado a atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, abrangendo todas as suas unidades vinculadas, tais como CRAS, CREAS, SCFV, Conselho Tutelar, programas sociais e demais equipamentos socioassistenciais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

A contratação se justifica pela essencialidade do referido insumo para o funcionamento regular e contínuo das atividades desenvolvidas no âmbito da política pública de assistência social. O gás de cozinha (GLP) é item indispensável para a preparação de alimentos, aquecimento de água e manutenção de condições mínimas de higiene e salubridade nos espaços de atendimento, sendo diretamente vinculado à execução de serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade social.

Destaca-se que as unidades socioassistenciais realizam, de forma rotineira, atividades que envolvem o preparo de refeições e lanches destinados a usuários dos serviços, especialmente crianças, adolescentes, idosos e famílias acompanhadas pelos programas sociais. Tais ações são fundamentais para a promoção da convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de contribuir para a segurança alimentar dos assistidos. Nesse contexto, a ausência ou descontinuidade no fornecimento de GLP comprometeria significativamente a qualidade e a efetividade dos serviços prestados.

A adoção do fornecimento de forma parcelada, mediante recarga, mostra-se a alternativa mais adequada sob o ponto de vista da economicidade, eficiência e gestão dos recursos públicos, uma vez que possibilita o abastecimento conforme a demanda real de consumo, evitando desperdícios, armazenamento inadequado e custos desnecessários. Ademais, esse modelo permite maior controle e planejamento por parte da Administração, garantindo o atendimento contínuo das necessidades operacionais das unidades.

Ressalta-se ainda que a contratação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas. O objeto encontra-se devidamente descrito no Termo de Referência, com especificações claras quanto às condições de fornecimento, quantitativos estimados e exigências técnicas, assegurando transparência e isonomia no processo de contratação.

Outro ponto relevante refere-se à segurança no manuseio e fornecimento do GLP, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente autorizada e regular perante os órgãos competentes, garantindo que o produto seja fornecido dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos pelas normas técnicas e regulamentadoras, minimizando riscos de acidentes e assegurando a integridade dos usuários e servidores.

Portanto, a presente contratação é plenamente justificada pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços socioassistenciais, assegurando condições adequadas de funcionamento das unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como promovendo o atendimento digno e eficiente à população em situação de vulnerabilidade, finalidade maior da política pública assistencial.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Fornecer todas as informações disponíveis sobre o objeto deste TR;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- 3.2. Efetuar o pagamento mediante o recebimento pleno do objeto e apresentação da Nota Fiscal com as devidas retenções de impostos;
- 3.3. Prestar à CONTRATADA, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao objeto deste Termo de Referência, de forma a otimizar a sua entrega e atendimento aos preceitos de qualidade;
- 3.4. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas;
- 3.5. Verificar minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- 3.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.7. Acompanhar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- 3.8. A contratação será realizada com fundamento na Lei 14.133 e INSTRUÇÕES NORMATIVAS.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes em sua proposta;
- 4.2 Fornecer o Serviço de forma satisfatória, conforme especificações, prazo e local constantes em sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 4.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.4 Enviar DANFE e arquivo XML das notas fiscais para o e-mail gabinete@pontobelo.es.gov.br;
- 4.5 Executar o objeto da presente dispensa de licitação no prazo de até no máximo 15 (quinze) dias após a publicação do contrato/Emissão da Ordem de Serviços.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

5. RECEBIMENTO, PRAZO, CRONOGRAMA E FORMA DE ENTREGA

5.1. A partir da assinatura/recebimento do Contrato, a contratada comprometer-se-á a prestar os serviços descritos na proposta apresentada.

5.2. A entrega somente será considerada cumprida após o devido aceite por parte do(s) gestor(es) da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO MATERIAL/SERVIÇO

Item	unidade	Especificação	QUANT	Valor Unit.	Valor total
01	Unid.	GÁS DE COZINHA – ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPIA, BOTIJA DE 13KG	200	R\$: 127,67	R\$: 25.534,00
				VALOR TOTAL:	R\$: 25.534,00

PELA SECRETARIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R\$: 25.534,00 (Vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais)

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento da empresa contratada será efetuado em moeda corrente nacional em até 10 (dez) dias úteis a partir da conclusão dos serviços, verificados e aceitos pela Secretaria demandante, juntamente com a correspondente Nota Fiscal/Fatura.

7.2 De acordo com a legislação municipal, todas as empresas prestadoras de serviços estabelecidas fora do município de Ponto Belo/ES e que emitirem Nota fiscal autorizada por outro município para tomador de serviço estabelecido no município de Ponto Belo/ES, são obrigadas a efetuar o cadastro na Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES.

7.3 Sobre os valores referentes a prestação de serviços, serão retidos, na fonte, pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES, o percentual correspondente ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/Pasep, na forma definida pelas Instruções



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo à Contratada destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas.

7.4 Em caso, da CONTRATADA se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, está deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual com a Secretaria Municipal de Saúde de Ponto Belo/ES, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações.

- a) As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;
- b) A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado pela administração conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº10.278, de 18 de março de 2020.
- c) A Contratada deverá informar à Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.
- d) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- e) O Município de Ponto Belo-ES promoverá a retenção, quando for o caso, de todo e qualquer tributo devido em decorrência do presente contrato, na forma da legislação vigente.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ponto Belo/ES, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.1 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

garantia da respectiva contratada.

9.1.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou cobrada judicialmente.

9.1.2. Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

9.1.3. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

9.1.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ponto Belo/ES poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº12.846/2013.

9.2 O Município de Ponto Belo/ES deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

9.3 Além do previsto nos subitens anteriores, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no Regulamento de Licitações, contratos e convênios da contratante, esta poderá aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Administração:

- a) Advertência;
- b) Multa;
 - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.
 - A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- c) Das penalidades de que tratam as alíneas “a” e “b” cabe recurso



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

ou pedido de representação na forma da legislação em vigor.

9.4 A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

9.5 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ordem de Compra/Serviço - OCS no prazo estabelecido: 10% (dezpor cento) sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS;
- b) atraso na entrega do objeto da licitação, ou parte dele, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), por dia de atraso, sobre o valor do produto não entregue, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS, o que ensejará a rescisão contratual;
- c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS para cada evento.

9.6 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

8.8 As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, podendo a administração descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à do fornecedor e/ou da garantia prestada (quando for o caso).

8.9 Se o valor a ser descontado pela municipalidade for insuficiente, ficará o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

8.10 O valor total das multas, aplicadas na vigência da Ordem de Compra/Serviço - OCS, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

10. PREÇO

10.1 No preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir na execução



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

do objeto no local estabelecido.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 O valor estimado para a contratação é de R\$: 25.534,00 (Vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais) conforme pesquisa de mercado realizada, através de três orçamentos, pela administração com empresas da região.

11.2 A modalidade escolhida como critério de julgamento deste certame será a de **menor preço GLOBAL**.

11.3 O prazo de duração para a contratação do objeto pretendido é até **30/04/2027**, contando à partir da assinatura e publicação do contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 As despesas com o objeto a ser contratado estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento do Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo/ES para o exercício de 2025.

13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1 A proposta para participação da presente dispensa deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

12.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

12.1.2 Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI (facultativo em caso de pessoa física)

12.1.3 Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.4 Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

12.1.5 Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

12.1.6 Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS; (facultativo em caso de pessoa física)

12.1.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

12.1.8 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (em caso de pessoa jurídica) e em caso de pessoa física (RG ou CNH);

12.1.9 Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares são objeto deste Termo de Referência, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:

12.1.9.1 Que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação.

12.1.9.2 Para a comprovação do disposto acima, será aceito o somatório de atestados por período não inferior a 3 (três) anos, e deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados.

12.1.9.3 É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

12.1.9.4 Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Administração manter contato com a sociedade atestante.

12.2 É expressamente vedado à Contratada:

1. A veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da contratante;
2. A subcontratação para a execução/entrega do objeto deste Termo de Referência;
3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linhareta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de que a empresa possui capacidade para executar o objeto:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de GLP;
- Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), quando aplicável;
- Licença ou Alvará de funcionamento emitido pelo município sede da empresa;
- Comprovação de que atende às normas de segurança para armazenamento e transporte de GLP.

- DOCUMENTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

A empresa deverá apresentar:

- **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** ou documento equivalente vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado competente, comprovando que o estabelecimento está em conformidade com as normas de segurança contra incêndio e pânico;

OU, quando aplicável:

- **Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB)**, para atividades de menor risco, conforme enquadramento da legislação estadual.

EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

Além do documento principal, é recomendável exigir que:

- O AVCB/CLCB esteja **dentro do prazo de validade**;
- O documento seja compatível com a atividade de **comércio e/ou distribuição de GLP**;
- A empresa comprove que possui **estrutura adequada de armazenamento**, conforme normas técnicas (ex: afastamento, ventilação, sinalização, extintores, etc.);
- Quando houver depósito, que este esteja **regularizado junto ao Corpo de Bombeiros**.

JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA

A exigência do AVCB ou CLCB se justifica pelo fato de o GLP ser um produto altamente inflamável, cujo armazenamento e transporte inadequados podem causar riscos graves, como incêndios e explosões.

Dessa forma, a comprovação de regularidade junto ao Corpo de Bombeiros garante que a empresa adota todas as medidas de segurança exigidas pela legislação, protegendo:

- Os servidores públicos;
- Os usuários dos serviços socioassistenciais;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

- O patrimônio público;
- A coletividade em geral.

Além disso, a exigência está alinhada aos princípios da **segurança, prevenção de riscos e interesse público**, sendo prática comum e recomendada em contratações desse tipo.

14. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

14.1 O licitante deverá enviar sua proposta, contendo:

- a) Dados cadastrais completos, incluindo telefone, endereço da empresa e e-mail;
- b) Valor unitário e total;
- c) Marca, Modelo e Fabricante, se for o caso;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

14.2 As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

14.3 As propostas deverão conter TODOS os itens da tabela descritiva (Conforme item 6. Deste termo de Referência). Não sendo aceitas como válidas, as propostas fracionadas. (Ou seja, que não contemplem todos os itens da lista ou em quantidades divergentes das solicitadas no item 6 deste termo).

14.4 Propostas com valor total que ultrapassem o **Valor Global** estimado da contratação serão desclassificadas automaticamente (Conforme item - 10.1).

14.5 O prazo de validade das propostas será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da contratante e aceitação do licitante.

14.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.7 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Em caso de erro no valor da proposta, o licitante apenas poderá solicitar por e-mail, ou através de requerimento por escrito, a sua desistência do certame.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

15. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

14.1 Como alternativa à assinatura do Contrato/OCS tradicional em papel, e seu envio à Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES, as partes, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

16. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

16.1 É vedada a prestação dos serviços, ora contratados, por familiar de empregado da Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES, que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de qualquer natureza.

16.2 Entende-se como familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Prazo de Recebimento de Propostas Será divulgado no AVISO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA, no diário oficial do espírito santo AMUNES.;

17.2 O expediente da Prefeitura Municipal é de Segunda a Quinta (08:00 - 12:00 e 14:00 as 17:00), e Sexta-Feira (08:00 - 12:00).

17.3 Em caso de Protocolo físico:

a) As participantes poderão protocolar suas propostas, em conjunto com os documentos necessários/indispensáveis, de forma física, diretamente na **Recepção** do prédio da **Prefeitura Municipal de Ponto Belo-ES**, ou na **Sala de licitações** dentro do horário de expediente, nas datas e horários informados. (As Datas e horários serão informados no **Aviso de publicação de Dispensa de licitação no Diário oficial do Estado do Espírito Santo**) AMUNES.

b) Os envelopes devem ser lacrados e conter o assunto "**DISPENSA DE LICITAÇÃO**", bem como a identificação da licitante (**Nome ou Razão Social**) e do procedimento (**Nº da Dispensa 00 e Nº do Processo Administrativo 00000**).

16.4 Em caso de Protocolo digital (On-Line):

a) Também é permitido o protocolo eletrônico **via e-mail**, e deverá



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

ser enviado exclusivamente para o e-mail **dispensa.pmpb1@gmail.com**,
respeitando o mesmo prazo e horário estabelecidos para protocolo físico.

***(Horários e datas serão informados no Aviso de publicação de Dispensa de licitação Publicados no Diário oficial do Estado do Espírito Santo) AMUNES;**

b) A proposta e todos os documentos necessários devem ser encaminhados em **um único e-mail**, com arquivos em formato PDF e devidamente identificados, em pasta compactada ou ZIP, devidamente assinados pelo representante legal da empresa, contendo no campo **assunto** do e-mail, o seguinte texto:

- Proposta - Dispensa de Licitação nº **008/2026 - FMS**
Processo administrativo **000010/2026 - FMAS**.
- E-Mails **não identificados, duplicados ou com documentos em mais de um e-mail, enviados fora do horário final do prazo informado no aviso, com documentos insuficientes ou alterados, rasurados, ou ilegíveis**, serão considerados **desclassificados** automaticamente por não cumprirem na integralidade os requisitos do certame, informados neste Termo de Referência. Conforme (item 12).

16.5 A sessão de julgamento será realizada na Sala de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Ponto Belo-ES, A data e hora são informados no **Aviso de publicação de dispensa no Diário Oficial do espírito santo AMUNES**.

Ponto Belo - ES, 16 de abril de 2026.

AIKO RICHELLYSON MORAIS FERREIRA

Agente de contratação



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO:		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº	
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:
REPRESENTANTE LEGAL:	CPF:	
RG:	E-mail:	

PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		M				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____,

Agência: ____, Conta Corrente: ____.

Prazo de entrega/execução: ____ () dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dela fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

_____UF, ____ de ____ 2025.

Nome e Assinatura do representante legal



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

**ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº.....

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNIICPAL DE PONTO BELO/ES** com sede na Rua, CNPJ nº., neste ato representado pelo, Sr.(a), brasileiro(a), [...], RG nº. [...], CPF nº. [...], domiciliado(a) na [...], doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ nº. [...], situada à [...], neste ato representada pelo Sr.(a) [...], brasileiro(a), RG nº. [...], CPF nº. [...], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fulcro no art. 75, inc. [I ou II], da Lei nº. 14.133/21, tendo em vista o que consta do Processo nº. [...], resolvem de mútuo acordo celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e estipulações a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

O objeto do presente Contrato consiste [...], conforme especificações preestabelecidas no Processo Administrativo nº [...] e na Proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA - SEGUNDA (PRAZO DE ENTREGA)

A Contratada fornecerá o(s) Serviço(s) especificado(s) na cláusula primeira, objeto deste contrato, de acordo com as necessidades da [...], quando as mesmas solicitarem, até chegar à quantidade solicitada, uma vez que a Contratante não será obrigada a adquirir na integralidade, mas somente o



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

necessário para suprir suas necessidades no decorrer do período de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA - TERCEIRA (PREÇO E PAGAMENTO)

A Contratante pagará ao Contratado a importância de [...] sendo a contar da data de assinatura deste contrato, em obediência ao artigo 75 Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA - QUARTA

Nos termos do artigo 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para garantir o equilíbrio do contrato, havendo reajuste oficial de preços, em qualquer dos itens, fica permitido o reajuste para garantir a entrega do bem sem onerar excessivamente o contratante, desde que haja comunicação antecipada à Administração com justificativa plausível e demonstração da necessidade de reajuste

CLAUSULA - QUINTA (DOTAÇÃO DA DESPESA) a despesa desse contrato correrá por conta das seguintes dotações: [...]

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência [...], contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES, como condição de eficácia do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente.

O pagamento será efetuado à CONTRATADA até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos incontinenti, à pessoa jurídica que os houver apresentado.

Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não são geradores de direito a reajustamento de preços.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Assinar o contrato em até 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação formal, via e-mail, carta SEDEX, AR (Aviso de Recebimento), ofício ou eletronicamente, desde que a assinatura do representante legal seja certificada nos termos da lei.

Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoas e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo CONTRATANTE.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

Manter as condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos.

Respeitar as normas de controle de produtos e de fluxo de pessoas nas dependências do CONTRATANTE.

Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos produtos contratados;

Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente por escrito.

Disponer-se a toda e qualquer fiscalização do CONTRATANTE, no tocante à entrega dos produtos contratados.

Responder ao CONTRATANTE nos casos e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

Aplicam-se ainda as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/21.

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do CONTRATANTE.

Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento os produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

Comunicar tempestivamente ao CONTRATANTE qualquer imprevisto ou atraso na entrega do material/serviço objeto deste Contrato, por força maior ou alheio à sua vontade e controle, ficando a CONTRATANTE responsável pelo seu deferimento ou não, do pedido de dilação/prorrogação de prazo de entrega, aplicando as sanções previstas neste Contrato, bem como todas aquelas a que estiver sujeita por lei.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos.

Requisitar a entrega dos produtos/serviços, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

Receber os produtos/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato.

Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

Designar servidor Fiscal do Contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.

Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos fornecidos, para imediata correção, solicitar o **reparo, a correção, a remoção ou a substituição** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução da entrega dos produtos, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas as normas de segurança.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA de qualquer sanção.

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a CLÁUSULA QUINTA deste Contrato.

Efetuar a autorização do pagamento na forma prevista neste Contrato.

Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação e do fornecimento/prestação.

Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

Fiscalizar a entrega do bem por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento/execução e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

Se a CONTRATADA descumprir quaisquer das condições deste instrumento, ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, se for entrega parcelada, e sobre o valor do contrato, se for entrega única.

A partir do terceiro dia útil, até o limite do quinto dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor da nota de empenho, se for entrega parcelada, e sobre o valor do contrato, se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do sexto dia útil de atraso, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas também, garantida a defesa prévia, as seguintes sanções:

– Advertência, nos casos de irregularidades de pequena monta;

– Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da nota fiscal/fatura, por dia de atraso no prazo proposto para entrega do bem, ficando limitado este



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

percentual em 10% (dez por cento). Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á rescindida a contratação;

– Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra Cláusula deste Contrato, que será cobrada em dobro em caso de reincidência;

– Impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 03 (três) anos;

– Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município Sede deste Consórcio, podendo ainda o CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa.

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo do CONTRATANTE.

As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa e, consequentemente:

- A sua aplicação não exime a CONTRATADA da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE;
- Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
- As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Em virtude do objeto e das condições deste Contrato, fica inexigível a garantia, conforme faculta o art. 96, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Toda e qualquer alteração do presente Contrato deverá ocorrer por meio de Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/21, com as consequências legais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei nº 14.133/21 e legislação correlata, durante a vigência deste instrumento.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados enquanto vigorar este Contrato.

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO COMBATE À CORRUPÇÃO

Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência. E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes.

Ponto Belo/ES, de de 2025.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

Dispensa nº ____

Processo Administrativo nº ____/2023

Eu, _____, subscrito abaixo, **DECLARO** que a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro _____, cidade de _____-UF, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____-UF, ____ de ____ 2025.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Dispensa nº ____

Processo Administrativo nº ____/2024

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro _____, cidade de _____-UF, com o endereço eletrônico _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **da DISPENSA Nº ____/2025, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - Na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este Consórcio Público, o(a) responsável legal da



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO BELO

Estado do Espírito Santo

empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº ____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____, responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: ____ E-mail: ____ Telefone: ____.

IX – Nomeou e constituiu o(a) senhor(a)____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____, para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo

insalubre não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – Conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei nº 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ -UF, ____ de ____ 2025.

Nome e Assinatura do representante legal



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PONTO
BELO**

Estado do Espírito Santo